

O PROJETO KAINGÁNG

CECÍLIA MARIA VIEIRA HELM *
JUSSARA MARIA MARCONDES CARNEIRO **

O PROJETO KAINGÁNG é resultado de um longo período de estudo e planejamento por parte de antropólogos e pessoas interessadas pela causa indígena. A problemática sempre presente de sua precária situação sócio-econômica e a constante invasão de suas terras conduziram à necessidade de se repensar a seu respeito e procurar um modo de levá-los a aproveitar racional e conscientemente as terras que usufruem. Assim surgiram os Projetos de Desenvolvimento de Comunidade Indígena, levando em consideração as peculiaridades específicas de cada grupo indígena, bem como da região onde estão fixados: esse é o caso do Projeto Tukúna na Amazônia, Projeto Araribá — Icatú — Vanuire — em São Paulo, Projeto Xókleng em Santa Catarina e PROJETO KAINGÁNG no Paraná.

Este trabalho tem por objetivo realizar uma apreciação geral do PROJETO KAINGÁNG, comentando seus aspectos principais. O Projeto em sua forma original consta de 67 páginas e encontra-se nos arquivos da FUNAI, UFPR e SUDESUL.

Uma equipe de técnicos *** composta por quatro antropólogos, um sociólogo, um nutricionista e um engenheiro florestal, foi contratada mediante um convênio FUNAI — UFPR e SUDESUL, visando à elaboração de um Termo de Referência para um Projeto de Desenvolvimento de Comunidade Indígena no Estado do Paraná. Assim, o objetivo seria o de levar a efeito uma ação comunitária entre esses índios com base no conceito de Darcy Ribeiro de "índio integrado" ¹ ou seja de sua situação atual advinda do contato com segmentos ou frentes de expansão da sociedade nacional — agrícola, pastoril ou extrativa e que resulta em destruição de sua ordem, sua unidade, sua escala de valores, ocupação de seus territórios e incorporação de sua força de trabalho na categoria de "volantes".

* Redação do Trabalho — Do Departamento de Psicologia e Antropologia da UFPR.

** Colaboração — Estagiária no mesmo Departamento da UFPR.

*** Cecília Maria Vieira Helm — (Antropologia); Coordenador; Mary Helena A. Zaroni — (Antropologia); Veraluz Zicarelli Cravo — (Antropologia); Sliane Budel — Antropologia; Eloisa Nascimento Beloto — Sociologia; Armando Bardou Raggio — (Nutrição); Jorge Roberto Malonovski — (Engenharia Florestal).

¹ RIBEIRO, Darcy. 1957. "Culturas e Línguas Indígenas do Brasil". *Revista Educação e Ciências Sociais*, ano II, vol: 2, n.º 6. Rio de Janeiro, pp. 5-102.

Essa ação comunitária teria como base as aspirações dos próprios índios e o objetivo principal é a elevação de seu nível de vida.² A pesquisa de campo e a elaboração do Termo de Referência propriamente ditas foram realizadas no período de outubro a dezembro de 1.975.

A fundamentação teórica do PROJETO KAINGÁNG tem como inspiração as contribuições dos chamados "estudos de situação"³. A partir daí, as relações entre índios e brancos devem ser encaradas como parte de um "processo e devem ser de "situação" considerada como "totalidade sincrética"⁴. A ação comunitária baseada em "estudos de comunidade" seria uma abordagem tradicionalista que não levaria em conta as relações com a sociedade envolvente. Esta abordagem não daria conta da situação, uma vez que os índios do Paraná estão em íntima relação com a sociedade nacional, seja como consumidores de bens industrializados e produtores de subsistência vendendo pequena parte do que produzem, participando assim da estrutura de troca na categoria de camponeses, ou seja, vendendo sua força de trabalho fora da reserva como "volantes". Baseados nessa situação, os Projetos de Desenvolvimento de Comunidade devem, segundo Roberto Cardoso de Oliveira, "privilegiar os padrões camponeses de existência". Assim se expressa Cecília Maria Vieira Helm: "se em programas de desenvolvimento regional fosse dada a necessária atenção à questão indígena e a FUNAI proporcionasse aos índios os meios para participarem do processo de desenvolvimento proporcionando-lhes recursos, acreditamos que esses índios teriam condições de organizar sua produção, sem precisarem depender essencialmente do "labour migration". Tais medidas não levariam a população aldeada a ser mantida numa situação de estufa, o que seria utópico. Pelo contrário, se recebessem financiamento e orientação técnica passariam a prover a sua sobrevivência a ponto de se assumirem como "camponeses" não dependentes do trabalho esporádico à mercê do explorador agrícola".⁵

2. Ver SANTOS, Sílvio Celso e JUNQUEIRA, Carmem em *Movimento*, março 1977

3. BALANDIER, Georges. 1971. *Sociologie Actuelle de L'Afrique Noire*. Presses Universitaires de France. Paris.

4. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. 1962. "Estudos de Áreas de Fricção Interétnica no Brasil". *América Latina*. Ano V, n.º 3, jul/set., Rio de Janeiro, pp. 85-90.

5. HELM, Cecília Maria Vieira. 1974. *A Integração do Índio na Estrutura Agrária do Paraná: O caso Kaingang*. Tese de Livre — Docência, U.F.P.R., mimeo. Curitiba.

O PROJETO KAINGÁNG tem por base metodológica as contribuições da Antropologia da Ação que postula principalmente o conhecimento empírico obtido na experiência prática com a comunidade.

Os projetos baseados no conceito de "Desenvolvimento de Comunidade" são colocados em dúvida porque são construídos independentemente da realidade, a que deverão ser aplicados e apresentam um caráter assistencial — paternalista — sob as noções de auto-ajuda e auto-desenvolvimento e não apresentam um aspecto de totalidade para que possam dar conta da situação de contato interétnico. Cada uma destas situações tem elementos únicos que precisam ser considerados. Este novo enfoque é ainda complementado pelas expectativas da comunidade envolvida ou seja, deve-se levar em conta os níveis de aspiração da população indígena, entre eles, "a elevação da qualidade de vida" baseadas nos valores, tradições do grupo, bem como na sua situação de contato (Oliveira, 1975).⁷

Levando em consideração a necessidade de situar diacronicamente o Posto Indígena "Apucarana", os pesquisadores constataram que a ocupação do norte paranaense é resultado de um processo de menos de meio século de duração, ligado principalmente à atividade econômica cafeeira. Esta frente de expansão criou grandes fazendas de café. Deste processo, os índios participaram esporadicamente no corte do mato e limpeza do terreno. A ocupação sistemática e dirigida da região se dá quando aparecem as pequenas e médias propriedades desde base agrícola, que permitiam o cultivo além do café, de outros produtos; e o aparecimento mais recente de pastagens no lugar de antigos cafezais. Nesse processo, os índios sofreram invasão de seu território e foram reunidos em Postos Indígenas criados a partir de 1.940, nos quais predominava a economia de subsistência. Atualmente, com o desestímulo cada vez maior em trabalhar a sua própria terra, ou seja, a da reserva, e com a necessidade de complementar suas atividades de subsistência, os índios estão sendo incorporados como mão-de-obra volante e eventual em atividades agrícolas fora do posto, sem qualquer garantia jurídica ou de natureza trabalhista.

O Posto Indígena "Apucarana" está localizado no Município de Londrina, com uma área de 6.300 ha., e fisicamente apresenta um clima temperado com ocorrência de raras geadas. A vegetação original do Posto Indígena "Apucarana" era formada por uma mata sub-

6. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. 1978. "Possibilidades de uma Antropologia da Ação" em *A Sociologia do Brasil Indígena*, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 2.ª ed., p. 197-221.

7. HELM, C. M. V. op. cit. 1974.

tropical antes de sua transformação em campos para cultivo do café. Atualmente pode-se encontrar uma área florestal, uma área de capoeira, uma área para agricultura e uma área de pastagens.

A pesquisa de campo realizada em 1975 permitiu constatar que no seu aspecto sócio-econômico o Posto "Apucarana" se configura dentro do modelo de outros postos indígenas da Região Sul. É administrado por um chefe, possui duas "colônias" onde estão localizadas as casas dos índios e também em toldos dispersos. Possui uma enfermaria e uma escola. As melhores terras estão arrendadas a terceiros e as roças dos índios são feitas em terrenos mais acidentados e de solo menos fértil, de onde retiram água, lenha, frutos silvestres e criam animais e aves.

Durante a permanência no Posto Indígena "Apucarana", a equipe de trabalho pôde observar que a produção dos índios está baseada em pequenas roças individuais de subsistência onde não chegam a ocorrer propriamente excedentes e sim realizam trocas de produtos necessários para o seu consumo. Assim, só encontram, como alternativa para sobrevivência, oferecer sua força de trabalho a sitiantes e empresários agrícolas fora da reserva, bem como a arrendatários das terras do próprio Posto, sendo que a ocupação das terras indígenas por "intrusos" assume diversas modalidades. Através do que foi demonstrado pela pesquisa de campo, foi possível observar a difícil situação enfrentada pelo índio. Enquanto oferece sua força de trabalho a sitiantes e empresários agrícolas dentro e fora da Reserva, não pode explorar as terras da Reserva, as quais, como se viu, estão sendo utilizadas por arrendatários que realizam pagamentos simbólicos à FUNAI e benfeitorias que favorecem à administração do Posto. Muitas vezes esses arrendatários são considerados como "bons" pelos índios porque lhe proporcionam trabalho durante o ano agrícola.

A situação é de notória dependência à sociedade regional, sendo que o arrendatário, em condições precárias, está a garantir a sobrevivência do grupo. Essa modalidade de relações de trabalho também pode ser encontrada nos demais Postos Indígenas do Paraná, como registraram Cecília Maria Vieira Helm (1974)⁸ e Maria Lígia Moura Pires (1975)⁹ em seus estudos sobre estes índios.

Quanto às relações administrativas e de poder foi possível notar, pelo trabalho de campo, que não são percebidas pela maioria dos índios, dando possibilidade de ampla área de atuação por parte

do Chefe do P.I.. Os KAINGÁNG apresentam um certo grau de solidariedade grupal em oposição ao Chefe, mas não é suficiente para uma crítica mais direta, pois sentem medo de sofrer repressões como tem acontecido com os indígenas que transgridem as ordens do Chefe. O Conselho Indígena, tradicionalmente um órgão de decisão na comunidade, passou a ser mais consultivo do que deliberativo. As discordâncias entre o Conselho Indígena e o Chefe do Posto Indígena não são colocadas claramente no discurso e as contradições se afiguram veladas.

A Equipe do Projeto percebeu que o principal problema enfrentado pelos índios é o da sobrevivência, que também ocorre com os demais índios-camponeses espalhados pelo interior do Brasil.

Quanto à aplicação do Projeto propriamente dito, os planejadores acharam por bem subdividi-lo em duas partes, ou seja, o reconhecimento pormenorizado da situação ao nível econômico e de decisões internas; e implantação e desenvolvimento do projeto, fases essas que devem se dar obrigatoriamente em seqüência para evitar insatisfação e descrédito por parte dos índios em relação à equipe do Projeto.

O reconhecimento da situação ao nível econômico teria por objetivo a fixação do grupo em suas próprias terras, produzindo para o sustento da família e colocando o excedente no mercado. Quanto ao nível das decisões internas, o caminho seria o conhecimento mais detalhado da posição que ocupam certos indivíduos na comunidade bem como seu grau de aceitação, o aparecimento de líderes naturais dentro das diferentes esferas de ação e o grau de aceitação das relações de autoridade atuais como de seus pontos conflituosos.

Algumas modificações essenciais deverão ser feitas pela FUNAI a partir do estudo pormenorizado da situação, em termos de infraestrutura, como o afastamento das relações de exploração dentro da Reserva, permitir o máximo aproveitamento pelos índios de seu habitat natural, e, ao mesmo tempo, dar ao grupo condições de sobrevivência durante esse primeiro período, sem um sentido de "doação", mas como um "financiamento", que deverá ser reposto parceladamente como "fundó comunitário."

Na implantação do Projeto devem ser levados em conta, todos os níveis de atuação que se apresentem como essenciais para a reorganização da comunidade — como o fator econômico, sobrevivência e satisfação pessoal, parte assistencial, treinamento de pessoal, educação e reorganização das relações de liderança e autoridade.

Após estudo das diversas atribuições institucionais e dos ins-

⁸ PIRES, Maria Lígia Moura. 1975. *Guarani e Kaingang no Paraná, um estudo de relações interétnicas*. Brasília, D.F. Tese mestrado. Universidade de Brasília.

trumentos legais utilizados para ações integradas, concluiu a equipe que para a implantação do "PROJETO KAINGÁNG", deverá ser estabelecido um convênio entre FUNAI, SUDESUL, UNIVERSIDADE, cada qual com determinadas atribuições, por ser o modo mais flexível do ponto de vista operacional, de limitação de funções e responsabilidades.

Quanto ao problema de custos e a despesa orçamentária, foi realizado um estudo pormenorizado de todos os tipos de gastos que poderiam ocorrer durante as duas fases do Projeto. Naturalmente, uma ação comunitária desta envergadura teria de acarretar custos elevados, o que talvez pudesse se tornar um obstáculo à sua efetivação. Os seus propósitos visam uma reestruturação da comunidade indígena de longo alcance, que necessita mobilizar recursos elevados e grande número de pessoal técnico e equipamentos, e seus objetivos vão de encontro às aspirações e necessidades dos índios, mas todo esse investimento seria necessário e traria bons resultados no futuro na medida em que o grupo indígena pudesse valer-se por si mesmo, e participasse da economia da sociedade regional, principalmente com a venda de sua produção levada para o mercado mais próximo.

O PROJETO KAINGÁNG, por se tratar de uma das primeiras tentativas de reorganização de comunidade indígena, tem seu mérito ao apresentar um estudo e planejamento pormenorizado em todas as esferas de ação que possam influir no desenvolvimento comunitário. A pouca ênfase dada à área de Educação pode ser explicada através da análise do PROJETO, onde é possível notar que a importância maior foi dada ao nível econômico e aos níveis político e ideológico, uma vez que estes satisfeitos, trarão condições de reorganizar a comunidade.

Como se viu, o PROJETO KAINGÁNG conta com um embasamento teórico e metodológico atualizados, pois o "estudo de situação" e a "metodologia de ação" em que está apoiado, são orientações que procuram melhor dar conta das situações de "contato interétnico", como é o caso em estudo.

Em todos os itens do planejamento pode-se notar que os pesquisadores sempre levaram em consideração, a partir da análise da situação real dos índios, a "elevação de sua qualidade de vida". Isto seria possível através de uma ação comunitária que não privilegiaria a utilização de sua mão-de-obra fora da Reserva, como "volantes", mas iria estimular o investimento na terra, para que a União continue a garantir o seu uso pela população Kaingáng aldeada em Apucara-

na. Este objetivo seria alcançado com a ajuda financeira externa que possibilitaria ao índio satisfazer suas necessidades com a produção doméstica, como o fez tradicionalmente, complementada com as trocas realizadas fora de Reserva.

A reorganização da Comunidade Indígena, com base nas aspirações dos índios teria de ser posta em prática, para que os Kaingáng tenham condições de se conduzirem por si mesmos, através da reestruturação e fortalecimento de suas lideranças naturais e internas, sem a interferência de estranhos ao grupo e de acordo com o grau de aceitação dos líderes escolhidos pelos índios.

Desde 1.975, quando foi realizada a pesquisa de campo e elaborado o Termo de Referência do PROJETO KAINGÁNG, a situação do Posto Indígena "Apucarana" permanece a mesma e as proposições contidas no referido Projeto ainda não foram colocadas em prática pela FUNAI.

BIBLIOGRAFIA

1. BALANDIER, Georges. *Sociologie Actuelle de L'Afrique Noire*. Presses Universitaires de France. Paris, 1971. 532 p.
2. FRANCO MOREIRA, Maria Sílvia. O Estudo Sociológico de Comunidades. *Revista de Antropologia*, São Paulo, 11 (1,2) jun/dez. 1963.
3. HELM, Cecília Maria Vieira. *A Integração do Índio, na Estrutura Agrária do Paraná: O caso Kaingáng*. Curitiba, 1974. 223 p. Tese Livre-Docência, Universidade Federal do Paraná.
4. IANNI, Octávio. Estudo da Comunidade e Conhecimento Científico. *Revista de Antropologia*, São Paulo 9 (1) 1961.
5. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Estudos de Áreas de Fronteira Interétnica no Brasil. *América Latina*. Rio de Janeiro 3) :85-90 jul-set. 1962.
6. ———. *O Índio e o Mundo dos Brancos, uma interpretação sociológica da situação dos Tukúna*. São Paulo, Pioneira, 1972. 2.ª ed., 139 p.
7. ———. Possibilidades de uma Antropologia da Ação. *A Sociologia do Brasil Indígena*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 2.ª ed., pp. 197-221.
8. PIRES, Maria Lígia Moura. *Guarani e Kaingang no Paraná: um estudo de relações interétnicas*. Brasília. D.F., 1975, 167 p. Tese Mestrado, Universidade de Brasília.
9. RIBEIRO, Darcy. *Culturas e Línguas Indígenas do Brasil*. *Revista Educação e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro 2 (6): 5-102, nov. 1957.
10. TAX, Sol. *Artien Anthropology*. *América Indígena*, México XII (2) abril. 1952.